



Diploma Mulher-Cidadã
Carlota Pereira de Queirós

*Reconhecimento àquelas que lutam pelos
direitos de todas as mulheres*

Edição 2025





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Diploma Mulher-Cidadã
Carlota Pereira de Queirós – 2025

Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher

Outubro 2025

SUMÁRIO

Apresentação	5
Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher.....	8
Histórico do Diploma	10
Perfil de Carlota Pereira de Queirós	16
Conheça as 5 agraciadas com o Diploma - 2025.....	19
Conheça as demais indicadas ao Diploma - 2025	26

APRESENTAÇÃO

O Diploma Mulher-Cidadã Carlota Pereira de Queirós é uma das formas que encontramos de manter vivas as memórias das lutas, conquistas e esperanças das mulheres brasileiras. O Diploma recebe o nome da primeira deputada federal do país que, nos anos 1930, desafiou o silêncio e o machismo institucional e abriu portas para as mulheres na política.

Nosso país levou 108 anos até eleger uma mulher no Congresso Nacional. E foram necessários 192 anos para eleger a primeira mulher indígena. Em 2025, fui a primeira mulher indígena a presidir uma comissão permanente da Câmara dos Deputados, e mais especificamente, a primeira presidenta indígena da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, desde a sua criação.

Nossas vozes demoraram muito tempo para ecoar nesse espaço que, assim como outros, foram violenta e historicamente negados aos nossos corpos-territórios.

Cada vez que cantamos, defendemos um projeto, articulamos nossas comunidades e aldeias e organizamos nossas demandas, estamos caminhando em retomada política!

O movimento de flecha exige que nós olhemos o passado para mirar

um futuro onde caibam nossos sonhos. E são as mulheres que plantam, germinam e cuidam desse solo de onde nascerão sementes da liberdade de nossas diversidades.

A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher precisa manter o compromisso com a vida, a dignidade e os direitos de todas as mulheres e meninas do nosso país, em toda a sua diversidade.

Não há democracia sem mulheres e não há justiça sem o Brasil da mátria, aquele guardado e protegido pelas primeiras desta terra, as mulheres indígenas.

Como canta Elza Soares, somos mulheres do fim do mundo. E é por isso que adiamos o fim das outras no cuidado e na construção de uma sociedade que ecoe nossas vozes.

Deputada CÉLIA XAKRIABÁ

Presidenta da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER

Presidenta CÉLIA XAKRIABÁ (PSOL/MG)

1^a Vice-Presidenta DELEGADA ADRIANA ACCORSI (PT/GO)

2^a Vice-Presidenta SILVYE ALVES (UNIÃO/GO)

3^a Vice-Presidenta ERIKA HILTON (PSOL/SP)

TITULARES:

CÉLIA XAKRIABÁ (PSOL/MG)
DELEGADA ADRIANA ACCORSI
(PT/GO)
DELEGADA IONE (AVANTE/MG)
DELEGADO BRUNO LIMA (PP/SP)
DETINHA (PL/MA)
DILVANDA FARO (PT/PA)
DRA. ALESSANDRA HABER (MDB/PA)
ELI BORGES (PL/TO)
ELY SANTOS (REPUBLICANOS/SP)
ERIKA HILTON (PSOL/SP)
GILBERTO NASCIMENTO (PSD/SP)
GISELA SIMONA (UNIÃO/MT)
JULIANA CARDOSO (PT/SP)
LAURA CARNEIRO (PSD/RJ)
MARIA ARRAES (SOLIDARIEDADE/PE)
NELY AQUINO (PODE/MG)
OTONI DE PAULA (MDB/RJ)
ROGÉRIA SANTOS
(REPUBLICANOS/BA)
SILVYE ALVES (UNIÃO/GO)
SOCORRO NERI (PP/AC)

SUPLENTES:

ANA PAULA LEÃO (PP/MG)
BENEDITA DA SILVA (PT/RJ)
CHRIS TONETTO (PL/RJ)
CLARISSA TÉRCIO (PP/PE)
DANIELA DO WAGUINHO (UNIÃO/RJ)
DELEGADO PAULO BILYNISKYJ (PL/SP)
DIEGO GARCIA (REPUBLICANOS/PR)
DUDA RAMOS (MDB/RR)
ENFERMEIRA ANA PAULA (PODE/CE)
ERIKA KOKAY (PT/DF)
FELIPE BECARI (UNIÃO/SP)
FLÁVIA MORAIS (PDT/GO)
FRANCIANE BAYER
(REPUBLICANOS/RS)
JACK ROCHA (PT/ES)
PROFESSORA LUCIENE
CAVALCANTE (PSOL/SP)
RIBAMAR SILVA (PSD/SP)
ROSANA VALLE (PL/SP)
SÂMIA BOMFIM (PSOL/SP)
SIMONE MARQUETTO (MDB/SP)
TALÍRIA PETRONE (PSOL/RJ)

HISTÓRICO DO DIPLOMA CARLOTA PEREIRA DE QUEIRÓS

O Diploma Mulher-Cidadã Carlota Pereira de Queirós – uma iniciativa da Deputada Laura Carneiro – foi criado por meio da Resolução nº 3, de 2003, destinado a agraciar mulheres que, no País, tenham contribuído para o pleno exercício da cidadania, na defesa dos direitos da mulher e questões do gênero.

Com a criação da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER), a indicação das agraciadas para o Diploma Carlota Pereira de Queirós passou a ser competência da referida Comissão.

A Câmara dos Deputados, desde a aprovação da Resolução nº 3/2003, já agraciou cinquenta e cinco mulheres, premiando cinco indicadas por ano, nos seguintes anos: 2004, 2006, 2007, 2008, 2009, 2016, 2017, 2018, 2019, 2021, 2022, 2023 e 2024.

A primeira edição do prêmio, entregue em março de 2004, contemplou a médica **Zilda Arns**, fundadora e coordenadora nacional da Comissão Pastoral da Criança, vinculada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); a feminista e escritora **Rose Marie Muraro**; a advogada e ativista **Ana Montenegro**; a educadora **Maria das Dores Muniz**; e a ex-presa política e ex-integrante do Comitê Brasileiro pela Anistia **Maria Amélia de Almeida Teles**.

Em 2006, a entrega do Diploma aconteceu no Dia Internacional da Mulher. As indicadas foram a **ex-deputada Janete Capiberibe**; a cantora

Daniela Mercury; a médica **Albertina Takiuti**; a religiosa **Irmá Dolores**; e a ativista política na área de direitos humanos **Iramaya Benjamim**.

No ano de 2007, o Diploma Mulher-Cidadã foi entregue na véspera do Dia Internacional da Mulher, em cerimônia no Salão Negro da Câmara dos Deputados. A bancada feminina escolheu cinco homenageadas para receber o diploma, a saber: **Ellen Gracie**, presidente do Supremo Tribunal Federal; **Maria da Penha**, biofarmacêutica, vítima de violência doméstica cujo caso deu origem à lei que leva seu nome; Míriam Tsibodowapré, a **Míriam Terena**, líder indígena responsável pela criação da primeira organização de mulheres indígenas do País, o Conselho Nacional de Mulheres Indígenas (Conami); **Ana Maria Rizzante Gallazzi**, italiana radicada no Brasil desde 1977 como missionária da Igreja Católica, atua na Comissão Pastoral da Terra do Amapá; e **Irmã Louis Marie de Jesus Sagesse**, a **Irmã Marie**, nascida na Bélgica e batizada originalmente como Zelie Culée, é freira da Congregação das Filhas da Sabedoria, que vive há 30 anos no Brasil e atua na área de ação social em favor dos pobres e carentes de São Paulo.

Em 5 de março de 2008, no Salão Nobre da Câmara dos Deputados, aconteceu a cerimônia de entrega do Diploma Mulher-Cidadã “Carlota Pereira de Queirós” cujas agraciadas foram: deputada **Ceci Cunha** (*in memoriam* - os filhos da deputada, Adriana e Rodrigo Cunha, receberam o diploma); a educadora **Marilena Chauí**; **Olga Benário Prestes** (*in memoriam*); a parteira do Amapá **Jovelina Costa dos Santos**; e a artesã cearense **Maria Miguel de Oliveira “Rosinha”**.

Em 2009, aconteceu a quinta edição do Diploma, que foi entregue às seguintes mulheres: **Cristina Buarque**, Secretária de Mulheres de Pernambuco; **Vitória Motta Leste**, vice-presidente do Serviço Voluntário de Assistência Social de Minas Gerais; **Lucinha Araújo**, presidente da ONG Sociedade Viva Cazuza; a ex-deputada **Maria Elvira**; e a assistente social **Gilse Maria Westin Cosenza**, anistiada política que atuou em várias organizações sociais.

Após um intervalo de sete anos, a Câmara dos Deputados retomou, no dia 1º de dezembro de 2016, a premiação de mulheres que se destacam pela contribuição para o exercício da cidadania, em defesa dos direitos da mulher e de questões de gênero no Brasil.

Em Sessão Solene no Plenário Ulysses Guimarães, presidida pela Deputada Gorete Pereira, Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMulher), cinco brasileiras foram homenageadas com o “Diploma Mulher-Cidadã Carlota Pereira de Queirós”. Elas foram indicadas por parlamentares e escolhidas pela CMulher para receber o diploma. Eis as agraciadas: **Amini Haddad Campos**, juíza estadual em Mato Grosso; **Cármem Lúcia Antunes Rocha**, ministra e presidente do Supremo Tribunal Federal (STF); **Maria da Conceição Dias de Albuquerque**, missionária e fundadora da Associação dos Missionários da Solidariedade; **Luiza Helena de Bairros** (homenagem póstuma à ministra-chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial durante o governo Dilma Rousseff) e **Tânia Regina Pereira Rodrigues**, fundadora da Associação Niteroiense dos Deficientes Físicos (Andef).

Em 2017 foram agraciadas as senhoras: **Daniela Rodrigues Teixeira**, vice-presidente da OAB/DF; **Elza da Conceição Soares**, cantora; **Maria Gabriela Prado Manssur**, promotora de justiça do estado de São Paulo; **Marina Kroeff**, médica, e **Raimunda Gomes da Silva**, extrativista da quebra de coco babaçu.

Em 2018, foram eleitas: **Alzira Soriano Teixeira** (*in memoriam*), primeira prefeita eleita no Brasil e na América Latina; **Ana Cristina Ferro Blasi**, advogada, juíza do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina e responsável pela campanha “Mulheres na política, elas podem, o Brasil precisa”; **Marielle Franco** (*in memoriam*), socióloga, feminista e defensora dos direitos humanos, eleita vereadora na cidade do Rio de Janeiro em 2016, cargo que exerceu até março de 2018, quando foi assassinada; **Mônica Spada e Sousa**, diretora-executiva da Maurício de Sousa Produções, lançou o projeto “Donas da Rua” em 2016, em parceria com a ONU Mulheres; e **Renata Gil de Alcântara Videira**, juíza responsável pela organização do prêmio “Amaerj Patrícia Acioli de Direitos Humanos”.

Em 2019, foram agraciadas: **Catarina Cecin Gazele**, procuradora de Justiça do Espírito Santo; **Cristina Castro Lucas de Souza**, professora da Universidade de Brasília (UnB); **Dulcinéia de Oliveira**, presidente da Associação Habitacional Nova Terra, em Minas Gerais; **Marta Vieira da Silva**, jogadora de futebol; e **Solange Bentes Jurema**, procuradora do Ministério Público de Alagoas.

Em 2021, as homenageadas foram: **Cristiane Britto**, Secretária Nacional de Políticas para as Mulheres e presidente do Conselho Nacional dos Direitos

da Mulher; **Lenira Maria de Carvalho** (*in memoriam*), fundadora da Associação das Empregadas Domésticas da Área Metropolitana do Recife, da Associação das Trabalhadoras Domésticas do Recife e co-fundadora da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (Fenatrad) e da Confederação Latino-Americana e do Caribe de Trabalhadoras Domésticas (CONF-LACTRAHO), sendo ainda uma das mil mulheres indicadas ao Prêmio Nobel da Paz do ano de 2006; **Salete Silva Sommariva**, desembargadora e Coordenadora Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Covid) do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, tendo atuado na criação da Campanha Sinal Vermelho; **Suéli do Socorro Feio**, fundadora do projeto “Costurando Sonhos”, que capacita e certifica mulheres da comunidade local em situações de extrema vulnerabilidade social, conferindo a essas mulheres renda própria e independência financeira, e que hoje está presente em várias cidades brasileiras, produzindo acessórios e roupas com a marca “Costurando Sonhos Brasil”, que é comercializada pela Americas.com; e **Terezinha Ramires Lima** (*in memoriam*), médica, fundadora da Associação Alagoana PróMulher, tendo participado do movimento pela criação do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher (CEDIM), sendo sua primeira Presidente, e colaborado com o projeto de lei criador da Polícia Feminina e atuado para que fosse criada a primeira equipe feminina de bombeiros do estado de Alagoas.

Em 2022, foram homenageadas: **Dalva Christofletti Paes da Silva**, presidente do Ceame - Centro de Estudos e Apoio aos Municípios e Empresa, atua no movimento municipalista desde a década de 50; **Elaine Cristina**

Pimentel Costa, socióloga; **Erica Vericia Canuto de Oliveira Veras**, promotora de justiça no Rio Grande do Norte; **Muna Zeyn**, ativista dos direitos da mulher; **Simone Franceska Pinheiro das Chagas**, oficial da Polícia Militar do estado do Pará.

Em 2023 foram agraciadas: **Aparecida Gonçalves**, Ministra das Mulheres, a economista e empresária **Flávia Gonzaga Costa Chagas**, **Leila de Andrade Linhares Barsted**, advogada e militante feminista, **Maria Luiza Fontenele**, professora e ex-prefeita de Fortaleza e **Rosa Maria Pires Weber**, então Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Em 2024, foram homenageadas **Cristiane Damasceno Leite**, Presidente da Comissão da Mulher Advogada, do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, **Elisabeth Altina Teixeira**, líder das Ligas Camponesas, **Nalu de Faria da Silva** (*in memoriam*), coordenadora da Marcha Mundial das Mulheres e da Sempreviva Organização Feminista (SOF), **Rosely Silva Pires**, professora universitária, fundadora e coordenadora do programa de extensão e pesquisa da UFES, Fordan: Cultura no Enfrentamento às Violências, e **Roza Cabinda** (*in memoriam*), primeira mulher negra a conquistar sua liberdade por vias judiciais, em 1873.

A prática de conceder premiações, a pessoas e entidades que se destacaram em determinadas áreas, tem sido uma constante na Casa, uma forma de valorizar e reconhecer publicamente iniciativas que contribuem para a plena implementação de direitos e garantias instituídas na Constituição Federal e em vasta legislação aprovada pelo Poder Legislativo.

PERFIL DE CARLOTA PEREIRA DE QUEIRÓS

Carlota Pereira de Queirós (13/02/1892 - 14/04/1982) nasceu na cidade de São Paulo. Médica, escritora, pedagoga e política, Carlota Pereira foi a primeira mulher brasileira a ser eleita deputada federal. Ela participou dos trabalhos na Assembleia Nacional Constituinte, entre 1934 e 1935.

Filha de José Pereira de Queiroz e de Maria Vicentina de Azevedo Pereira de Queiroz, formou-se pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo em 1926, com a tese Estudos sobre o Câncer. Interna da terceira cadeira de clínica médica da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e chefe do Laboratório de clínica pediátrica (1928), foi assistente do professor Pinheiro Cintra.

Foi comissionada pelo governo de São Paulo em 1929 para estudar dietética infantil em centros médicos da Europa.

Membro da Associação Paulista de Medicina de São Paulo, “*Association Française pour l’Étude du Cancer*”, Academia Nacional de Medicina e Academia Nacional de Medicina de Buenos Aires, fundou a Academia Brasileira de Mulheres Médicas, em 1950.

Ingressando na política, foi a primeira deputada federal da história do Brasil. Eleita pelo estado de São Paulo em 1934, fez a voz feminina ser ouvida no Congresso Nacional e seu mandato foi em defesa das mulheres e das crianças.

Trabalhou por melhorias educacionais que contemplassem melhor tratamento das mulheres. Além disso, publicou uma série de trabalhos em defesa da mulher brasileira.

Ocupou seu cargo até o Golpe de 1937, quando Getúlio Vargas fechou o Congresso.

Segue abaixo parte do discurso proferido pela parlamentar em 13 de março de 1934:

“

Além de representante feminina, única nesta Assembleia, sou, como todos os que aqui se encontram, uma brasileira, integrada nos destinos do seu país e identificada para sempre com os seus problemas. (...) Acolhe-nos, sempre, um ambiente amigo. Esta é a impressão que me deixa o convívio desta Casa. Nem um só momento, me senti na presença de adversários. Porque nós, mulheres, precisamos ter sempre em mente que foi por decisão dos homens que nos foi concedido o direito de voto. E, se assim nos tratam eles hoje, é porque a mulher brasileira já demonstrou o quanto vale e o que é capaz de fazer pela sua gente. Num momento como este, em que se trata de refazer o arcabouço das nossas leis, era justo, portanto, que ela também fosse chamada a colaborar. (...) Quem observar a evolução da mulher na vida, não deixará por certo de compreender esta conquista, resultante da grande evolução industrial que se operou no mundo e que já repercutiu no nosso país. Não há muitos anos, o lar era a unidade produtora da sociedade. Tudo se fabricava ali: o açúcar, o azeite, a farinha, o pão, o tecido. E, como única operária, a mulher nele imperava, empregando todas as suas atividades. Mas,

as condições de vida mudaram. As máquinas, a eletricidade, substituindo o trabalho do homem, deram novo aspecto à vida. As condições financeiras da família exigiram da mulher nova adaptação. Através do funcionalismo e da indústria, ela passou a colaborar na esfera econômica. E, o resultado dessa mudança, foi a necessidade que ela sentiu de uma educação mais completa. As moças passaram a estudar nas mesmas escolas que os rapazes, para obter as mesmas oportunidades na vida. E assim foi que ingressaram nas carreiras liberais. Essa nova situação despertou-lhes o interesse pelas questões políticas e administrativas, pelas questões sociais. O lugar que ocupo neste momento nada mais significa, portanto, do que o fruto dessa evolução.”

**CONHEÇA AS 5 AGRACIADAS
COM O DIPLOMA – 2025**

ANNA MARIA MARTINS SCORZELLI RATTE

INDICAÇÃO: Dep. Laura Carneiro (PSD/RJ)



Acarioca Anna Maria Martins Scorzelli Rattes foi deputada federal de 1987 a 1991, participando da Assembleia Nacional Constituinte em 1988. Radicada em Petrópolis desde 1963, exerceu diversos cargos públicos no município fluminense e, em novembro de 1986, iniciou sua carreira política, elegendo-se deputada federal

pelo PMDB. Na Assembleia Nacional Constituinte foi coordenadora da Bancada Feminina (bancada do batom), sendo autora de mais de 100 emendas aprovadas no texto constitucional de 88 – entre as quais, muitas em defesa dos direitos das mulheres. Nas principais votações da Constituinte, foi a favor do rompimento das relações diplomáticas do Brasil com países que mantivessem uma política de discriminação racial; foi a favor do turno ininterrupto de seis horas; também foi favorável à nacionalização do subsolo e à criação de um fundo de apoio à reforma agrária. Posteriormente, Anna Maria foi presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (1995-1997 e 2004-2006), sendo responsável por várias ações de defesa dos direitos da mulher, além de lançar o Projeto Memória Viva, destinado a rastrear e divulgar a trajetória, os avanços e a história da mulher brasileira que atua na área política, social, cultural ou econômica, lutando por sua cidadania e pela construção do país.

ELAINE MATOZINHOS

INDICAÇÃO: Delegada Ione (Avante/MG)



E laine Matozinhos foi nomeada delegada em 1985, aos 23 anos – a mais jovem mulher, até então, a ter este cargo na polícia mineira. A indicada teve uma trajetória relevante que transcende a função policial: como delegada pioneira, parlamentar, articuladora política e jurista, ela marcou significativamente a defesa institucional dos direitos das mulheres em Minas Gerais e no Brasil. Seu trabalho evidenciou-se na criação de estruturas especializadas, influências jurídicas e consolidação de políticas públicas de proteção à mulher. Em 1985, inaugurou a primeira Delegacia de Defesa dos Direitos da Mulher em Minas Gerais (a segunda no Brasil) e continuou a se empenhar pela ampliação das delegacias da mulher no país, já que este modelo de delegacia da mulher inaugurado por ela foi replicado em Minas e em outros estados, criando uma rede eficaz de atendimento e investigação especializada. Em 2009, elegeu-se vereadora, apresentando durante seu mandato projetos voltados à moralidade e proteção no setor público. Elaine Matozinhos também atuou no Conselho Nacional e na Organização dos Estados Americanos (OEA), influenciando diretamente a construção jurídica da Convenção Interamericana para Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher, marco para a Lei Maria da Penha.

ELDA COELHO DE AZEVEDO BUSSINGUER

INDICAÇÃO: Dep. Jack Rocha (PT/ES)



A professora Elda Coelho de Azevedo Bussinguer tem uma trajetória marcada por atributos que a consolidam como uma relevante defensora dos Direitos Humanos. Tendo iniciado sua carreira no magistério como professora da Universidade Federal do Espírito Santo com apenas 21 anos de idade, Elda Bussinguer atuou em importantes projetos junto à Sociedade Civil, especialmente ligados à defesa dos direitos à Saúde, Educação e Meio Ambiente. Na condição de professora titular e coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Direitos e Garantias Fundamentais da Faculdade de Direito de Vitória, Elda Bussinguer está à frente do único Doutorado em Direito do Estado do Espírito Santo e um dos poucos no país com a temática específica dos Direitos Fundamentais. A indicada também é líder do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Políticas Públicas, Direito à Saúde e Bioética, um dos primeiros Grupos de Pesquisa registrados no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) a ter a extensão em seu título e prever ações concretas de atuação junto à sociedade. Como produtos concretos a exemplificar essa atuação, a indicada coordena o projeto Forjando Jovens Pesquisadores em Direitos Humanos (FOJOPEDH), que prevê uma série de ações junto a alunos e professores de uma escola pública da rede básica de ensino, situada em área de atuação do programa Estado Presente.

SUELI CARNEIRO

INDICAÇÃO: Dep. Benedita da Silva (PT/RJ)



Sueli Carneiro é filósofa, doutora em Educação pela Universidade de São Paulo, coordenadora executiva de Geledés Instituto da Mulher Negra, editora do Portal Geledés; fellow da Ashoka Empreendedores Sociais desde 1992. Foi durante 7 anos articulista do jornal Correio Braziliense. Doutora Honoris Causa pela Universidade de Brasília (UnB); Vencedora do Prêmio Kalman Silvert Award em 2021 e Prêmio Jabuti - “Personalidade Literária 2022”. É membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) do governo Lula, do Conselho Curador da Fundação Tide Setúbal, do Conselho de Administração do Instituto Ibirapitanga, do Conselho Deliberativo do Fundo Baobá para a Equidade Racial e do Conselho Deliberativo da Conectas Direitos Humanos.

É uma militante feminista antirracista, e autora de diversos artigos sobre as questões de gênero, raça e direitos humanos em publicações nacionais e internacionais. Sua publicação mais recente é Lélia Gonzalez um retrato - Zahar, 2024.

Iniciou sua militância política no final da década de 70. Foi Conselheira e Secretária Geral do Conselho Estadual da Condicão Feminina de São Paulo, órgão do governo do Estado de São Paulo no governo de Franco Montoro; Coordenadora do Programa da Mulher Negra do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, órgão do Ministério da Justiça, de março de 1988 a julho de 1989. Nesses dois órgãos governamentais desenvolveu políticas públicas de promoção da igualdade social das mulheres e de combate às discriminações de gênero e raça.

SUELI MAXAKALI

INDICAÇÃO: Dep. Célia Xakriabá (PSOL/MG) e Dep. Chico Alencar (PSOL/RJ)



Sueli Maxakali nasceu em 1976 na Aldeia Água Boa e é uma liderança do povo Tikmū’ün, mais conhecido como Maxakali – povo indígena originário de uma região compreendida entre os atuais estados de Minas Gerais, Bahia e Espírito Santo. Sua trajetória destaca-se pelo resgate da memória e pela reinvenção contemporânea dos saberes do seu povo, com ênfase nas práticas, cosmologias e lutas das mulheres e meninas Maxakali. Além de liderança, Sueli é educadora, fotógrafa e cineasta da Arte Indígena Contemporânea. Em sua obra, o registro e a difusão dos rituais e tradições ancestrais são também práticas de militância e de reconstrução coletiva. Em 2009, Sueli participou do projeto Hitupmá'ax/Curar, promovido pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que teve como produto o livro dedicado às práticas de saúde e cura sob a perspectiva dos Maxakali. No mesmo ano, publicou o livro de fotografias Koxuk Xo, com imagens do cotidiano e dos rituais das mulheres indígenas da Aldeia Verde. Sueli também dirigiu os filmes Quando os yá-miy vêm dançar conosco (2011), Yámū’üyhex: as mulheres-espírito (2019), Nühū yág mū yōg hām: essa terra é nossa (2020), Yiax Kaax (2021) e Yōg áatak: Meu Pai, Kaiowá (2024). Em 2021, na 34ª Bienal de São Paulo, Sueli apresentou a instalação Kumxop koxuk yōg [Os espíritos das minhas filhas], um conjunto de objetos, máscaras e vestidos que remetem ao universo mítico das Yämīhex, mulheres-espírito. Todo o trabalho foi realizado em conjunto

com mulheres e meninas da comunidade, que cuidam de cada um desses Yāmīy. Sueli é formada pelo Curso de Licenciatura Intercultural Indígena da UFMG e atuou como professora no Programa de Formação Transversal em Saberes Tradicionais da UFMG, compartilhando práticas e conhecimentos transmitidos pelas mulheres de sua comunidade, como o uso de miçangas, as técnicas têxteis e os saberes sobre a floresta. Seu compromisso com a valorização da mulher indígena se revela também na forma como transmite esses conhecimentos para as meninas, garantindo a continuidade e a renovação das tradições Maxakali. Em 2021, liderou um movimento de mais de cem famílias Tikmū’ún-Maxakali na luta por uma nova terra. As famílias retomaram um território ancestral na região de Itamunheque (Teófilo Otoni, MG), onde criaram a Aldeia-Escola-Floresta – um projeto que une arte, educação, agroecologia e autonomia, com protagonismo das mulheres. Sueli é uma das precursoras do projeto HAMHI – Hámháhám: Arte e Memória Híbrida Indígena, iniciativa que afirma a arte indígena contemporânea como território de resistência, criação e ancestralidade. É um projeto desenvolvido pelo Instituto Opaoká com apoio do Instituto Estadual de Florestas. O projeto alia a produção agroecológica à recuperação ambiental da Mata Atlântica em áreas degradadas, sempre a partir do conhecimento tradicional das mulheres Maxakali.

**CONHEÇA AS DEMAIS
INDICADAS AO DIPLOMA – 2025**

FÁTIMA MARIA DOS SANTOS

INDICAÇÃO: Dep. Enfermeira Rejane (PCdoB/RJ)

A enfermeira Fátima Maria dos Santos tem atuado em defesa dos direitos humanos das meninas e mulheres e coordena o Projeto Roda de Conversa com gestantes e puérperas que, no decorrer dos 12 anos de existência, tem orientado gestantes e puérperas a evitar violências obstétricas. O projeto oferece acolhimento humanizado, orienta os direitos que as gestantes e puérperas possuem e mostra como identificar e proceder quando ocorrem situações abusivas ou violências institucionais. O projeto Roda de Conversa faz parte do Movimento de Mulheres em São Gonçalo que tem sede matriz em São Gonçalo, Rio de Janeiro, e filiais em Niterói, Itaboraí e Duque de Caxias, atuando há 36 anos em defesa dos direitos das meninas e mulheres, com especial atenção às que foram expostas às diversas formas de violência doméstica e/ou sexual. Entre as ações, destacam-se a prevenção realizada em unidades escolares, equipamentos públicos e nas entidades da sociedade civil, para evitar a ocorrência ou a permanência das meninas e mulheres em ambientes tóxicos e violadores de direitos. Além da prevenção, realizam um trabalho de acompanhamento psicossocial e jurídico às que já sofreram violências para superação dos agravos psicológicos deixados pelas violências sofridas. A indicada também atua como enfermeira na rede obstétrica hospitalar do SUS, sendo responsável pelo atendimento e acompanhamento das mulheres que integram a roda de gestante e puérperas. Com sua dedicação, salva vidas, seja das mulheres, seja dos recém-nascidos.

GRACINHA CAIADO

INDICAÇÃO: Dep. Lêda Borges (PSDB/GO)

Gracinha Caiado é a atual coordenadora do Goiás Social, o maior programa de combate à pobreza do Brasil, voltado principalmente à promoção da dignidade humana, equidade de gênero e proteção social. Sua atuação se traduz na criação e consolidação de políticas públicas que priorizam as mulheres em situação de vulnerabilidade, garantindo acesso à renda, saúde, educação, proteção e oportunidades de desenvolvimento. O programa tem ações estruturadas que abrangem os 246 municípios goianos e contribui de forma direta para a promoção dos direitos das mulheres em múltiplas dimensões, tornando-se referência nacional em políticas públicas com foco nas mulheres, ao combinar sensibilidade social com gestão pública eficiente. Dentre as ações lideradas pela indicada com foco prioritário nas mulheres, destacam-se: - Dignidade Menstrual: distribuição gratuita de absorventes para mais de 170 mil mulheres e adolescentes em vulnerabilidade social, combatendo a pobreza menstrual e promovendo dignidade e permanência escolar; - Mães de Goiás: transferência de renda mensal para 200 mil mulheres com filhos de até seis anos, inscritas no CadÚnico; - Goiás por Elas: apoio financeiro e prioridade em programas sociais para mulheres sob medidas protetivas; - Meninas de Luz: acolhimento e suporte integral a adolescentes grávidas de 12 a 21 anos; - Crédito Social: incentivo ao empreendedorismo feminino com repasses de até R\$ 5 mil a mulheres de baixa renda aprovadas em cursos de capacitação profissional; - ProBem: política pública de bolsas universitárias com foco na promoção da educação superior entre mulheres, que representam a maioria das beneficiárias, ampliando o protagonismo feminino no mercado de trabalho.

MARA GUEDES

INDICAÇÃO: Dep. Luizianne Lins (PT/CE)

Maria Gomes Guedes, mais conhecida como Mara Guedes, desde 2023 é a coordenadora da Casa da Mulher Cearense do Cariri. Este, no entanto, é apenas um resultado de toda uma jornada de vida dedicada à luta das mulheres, por direitos e proteção contra a violência, sobretudo em sua região do Cariri. Mara foi Assessora de Políticas para mulheres no Crato no período de 2017 a 2020 e Coordenadora da Secretaria de Educação para a Cidadania e Organização da Mulher da Associação Cristã de Base - ACB. No período de 1999 a 2003, foi Assessora de Gênero do Coletivo Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado do Ceará – FETRAECE. Foi fundadora do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher Cratense, em 1993, e assumiu cargos como o de presidente, vice-presidente e secretária do colegiado. Atuou ativamente na criação dos Conselhos Municipais de Direitos das Mulheres em 10 municípios da Região do Cariri. A indicada contribuiu e participou da elaboração do Plano Municipal de Políticas Públicas para Mulheres no Crato em 2021 e também da implantação dos mais importantes equipamentos de combate à violência contra a mulher na região do Cariri: a Patrulha Maria da Penha no Crato, a Delegacia de Defesa da Mulher de Crato, o Juizado de Violência Doméstica e Familiar do Juazeiro do Norte, Instituto Médico Legal – IML, a Casa de Mediação do Crato, o Centro de Referência da Mulher (CRM) e o Núcleo de Defesa da Mulher da Defensoria Pública (NUDEM). Enquanto educadora, ministrou o curso de formação de violência contra a mulher; foi multiplicadora da Metodologia do Trabalho com Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste, capacitando 1110 lideranças mulheres rurais de 29 municípios do Cariri, inclusive do Crato.

MARIA IZABEL MONTEIRO LOURENÇO

INDICAÇÃO: Dep. Reimont (PT/RJ)

Maria Izabel Monteiro Lourenço é trabalhadora doméstica, atriz, sindicalista e diretora de teatro. Atua desde 2009 nos movimentos sociais em prol dos direitos trabalhistas e sociais das trabalhadoras domésticas. Iniciou sua atuação na área entrando para o Grupo de Teatro “Marias do Brasil”, grupo de teatro para trabalhadoras domésticas criado através da metodologia do Teatro do Oprimido. O “Marias do Brasil”, juntamente com os sindicatos de trabalhadoras domésticas, participou ativamente da luta para a conquista de diversos direitos da categoria. Através do grupo, Maria Izabel se associou ao Sindicato dos Trabalhadores Domésticos do Município do Rio de Janeiro, onde teve dois mandatos como vice-presidenta e onde, atualmente, está em seu terceiro mandato como Presidenta, além de ser Secretária de Articulação Regional do Conselho Nacional das Trabalhadoras Domésticas (CNTD) e atuar na direção Plena da Central Única dos Trabalhadores (CUT/RIO).

NEIDE SOSVIANIN

INDICAÇÃO: Dep. Toninho Wandscheer (PP/PR)

Desde 1987, Neide Sosvianin é fundadora e sócia-proprietária da Versátil Andaimes e Escoramentos, uma empresa especializada em locação de equipamentos de elevação para a construção civil, localizada em Colombo, PR. Em 2007, com intuito de devolver um pouco o que recebeu da comunidade e para realizar um sonho antigo, fundou o Instituto Beija-Flor (IBF), em Colombo, que acolhe diariamente 100 crianças e adolescentes em vulnerabilidade social, ofertando educação, alimento e cultura no contra turno escolar, além de oferecer programas educacionais, esportivos e culturais, incluindo a formação da primeira Orquestra de Cordas de Colombo. Em 2025, com os olhos voltados para as mulheres do entorno e as mães dos alunos do IBF, lançou o Programa Sonhos Concretos, que visa profissionalizar e inserir essas mulheres no mercado de trabalho da construção civil e, assim, devolver a elas a dignidade. Em resposta ao conjunto dessas ações, a Versátil Andaimes e Escoramentos foi certificada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e pelo Instituto Nós Por Elas, como a primeira empresa brasileira com o título de Boas Práticas no Combate à Violência contra Mulheres. Através do Instituto Beija-Flor, a empresa continua também a investir em treinamentos internos no combate à violência de gênero e em comunicação otimizada.

SILVIA DE SOUZA CANELA

INDICAÇÃO: Dep. Professora Goreth (PDT/AP)

A paraense Silvia de Souza Canela graduou-se como Bacharela em Direito, em 1999, na Universidade Federal do Amapá, e foi servidora do Tribunal de Justiça até tomar posse como Promotora de Justiça no Ministério Público do Estado do Amapá, em 2022. A indicada coordena o Núcleo de Mediação, Conciliação e Práticas Restaurativas, ambos da Comarca de Santana, além de atuar em processos oriundos do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania – TJAP. Em 2015, com o intuito de compartilhar com as escolas das redes públicas de ensino estadual e municipal as ferramentas da Justiça Restaurativa, iniciou o Projeto Escola Restaurativa, como instrumento para abordar situações de conflito e violência no âmbito escolar. O projeto Escola Restaurativa se propõe a realizar curso de formação de facilitadores de práticas restaurativas com o objetivo de criar um espaço de diálogo e de bem-estar entre alunos, familiares, professores e funcionários, por meio dos recursos da mediação e círculos restaurativos.



Comissão de
Defesa dos Direitos
da Mulher



CÂMARA DOS
DEPUTADOS